

INCLUSÃO E TRABALHO DECENTE

"Deficientes demais para sermos capazes, capazes demais para sermos pessoas com deficiência."

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Texto constitucional)

MODELO SOCIAL:

Deficiência = impedimentos + barreiras

AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL (Inovação da LBI):

Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015):

- Art. 2°. § 1° A <u>avaliação</u> da deficiência, quando necessária, será <u>biopsicossocial</u>, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:
- I os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III a limitação no desempenho de atividades; e
- IV a restrição de participação.

A QUESTÃO DA CONSTITUCIONALIDADE

Classificação de determinados impedimentos pessoais como deficiência pela via legal

Exemplos:

Lei 12.764/2012 (transtorno do espectro autista)

Lei 14.126/2021 (visão monocular)

Lei 14.768/2023 (surdez unilateral)

Lei 15.176/2025 (fibromialgia)

QUAL É O PARÂMETRO CONSTITUCIONAL?

A avaliação biopsicossocial?

OU

O modelo social?

O ESCOPO DA DISCUSSÃO:

Há ofensa à Constituição quando o Poder Legislativo estabelece uma presunção legal no sentido de que determinados impedimentos pessoais interagem com barreiras socioambientais de modo a potencialmente obstruir a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas?

LEI 14.768/2023:

Art. 1º Considera-se deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

- Necessidade de análise individualizada das normas

- Necessidade de análise individualizada das normas
- Sistema de freios e contrapesos

- Necessidade de análise individualizada das normas
- Sistema de freios e contrapesos
- Controle de constitucionalidade difuso e concentrado

- Necessidade de análise individualizada das normas
- Sistema de freios e contrapesos
- Controle de constitucionalidade difuso e concentrado
- Amicus curiae: "nada sobre nós sem nós"

- Necessidade de análise individualizada das normas
- Sistema de freios e contrapesos
- Controle de constitucionalidade difuso e concentrado
- Amicus curiae: "nada sobre nós sem nós"
- Legitimidade democrática

- Necessidade de análise individualizada das normas
- Sistema de freios e contrapesos
- Controle de constitucionalidade difuso e concentrado
- Amicus curiae: "nada sobre nós sem nós"
- Legitimidade democrática
- Respeito aos Poderes constituídos

- Necessidade de análise individualizada das normas
- Sistema de freios e contrapesos
- Controle de constitucionalidade difuso e concentrado
- Amicus curiae: "nada sobre nós sem nós"
- Legitimidade democrática
- Respeito aos Poderes constituídos
- Submissão dos Poderes ao Estado de Direito

É POSSÍVEL COEXISTIREM OS TEXTOS LEGAIS DAS PRESUNÇÕES COM O TEXTO LEGAL DA LBI?

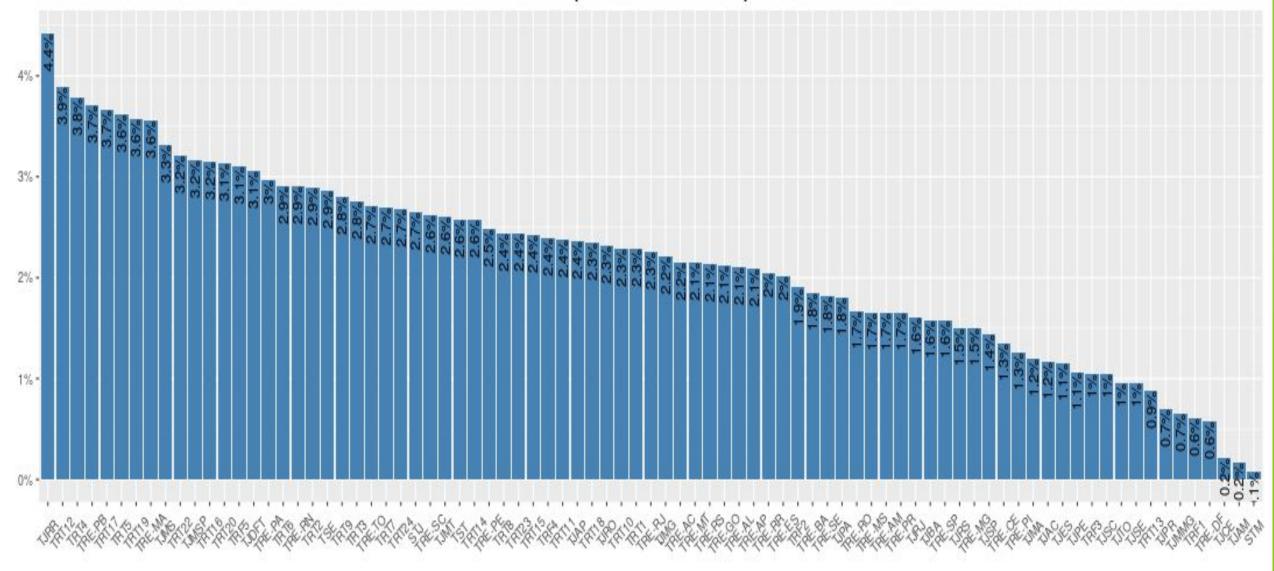
- Avaliação biopsicossocial como ato administrativo complexo: BIO + PSICO + SOCIAL

- Multiplicidade de finalidades da avaliação biopsicossocial

ARGUMENTOS FREQUENTEMENTE UTILIZADOS

1) "Daqui a pouco a fila preferencial estará maior que a fila normal."

Percentual de pessoas com deficiência por Tribunal



Fonte: https://pcd.cloud.cnj.jus.br/pcd/, consulta em 12/10/2025

ARGUMENTOS FREQUENTEMENTE UTILIZADOS

1) "Daqui a pouco a fila preferencial estará maior que a fila normal."

2) "Candidatos que ao serem questionados sobre barreiras ou adaptações necessárias para exercer o cargo, respondiam nenhuma."

"Deficientes demais para sermos capazes, capazes demais para sermos pessoas com deficiência."

MUITO OBRIGADO!

Ricardo Fulgoni, pessoa autista, juiz de direito do Tribunal de Justiça do Paraná.

